

HABEAS CORPUS Nº 570.819 - RS (2020/0080277-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO

IMPETRANT : VLADIMIR DE AMORIM SILVEIRA

E

ADVOGADOS : VLADIMIR DE AMORIM SILVEIRA - RS075834

DANIEL MARQUES QUINTINO - RS092069

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PACIENTE : JULIA GRAZIELA PEREIRA MOREIRA (PRESO)

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

A paciente foi condenada às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime fechado, e 500 dias-multa, por ofensa ao art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

Argumenta o impetrante, em suma, que a paciente possui duas filhas menores de idade que dependem de seus cuidados à sobrevivência, requerendo, liminarmente e no mérito, a concessão do regime domiciliar, mormente diante do risco de contaminação pela Covid-19 no interior do estabelecimento prisional.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Consoante se vê da decisão de fls. 23-24, o *writ* impetrado na origem não foi conhecido, monocraticamente, por desembargador do TJRS, inexistindo, portanto, aresto proferido por órgão colegiado do Tribunal local, configurando-se, assim, o não cabimento deste *mandamus*.

Isso porque seria necessária a interposição do recurso adequado perante o TJRS para submissão do respectivo *decisum* ao colegiado competente, de modo a exaurir a instância antecedente, impedindo-se, por consequência, a análise por esta Corte sob pena de indevida supressão de instância. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU LIMINARMENTE O WRIT NA ORIGEM. AGRAVO

Superior Tribunal de Justiça

REGIMENTAL NÃO INTERPOSTO. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA AO COLEGIADO DO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O inconformismo dirigido contra decisão de Desembargador que, ao analisar o *habeas corpus*, indefere liminarmente o *writ*, deve ser o recurso de agravo regimental para oportunizar o debate do tema pelo respectivo órgão colegiado e posterior impetração da ordem perante esta Corte Superior.
2. Em creditamento às instâncias ordinárias, que primeiro devem conhecer da controvérsia, para, então, ser inaugurada a competência do Superior Tribunal de Justiça, fica inviabilizado o conhecimento deste *mandamus*.
3. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 399.172/MA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator